



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 18 de novembro de 2023

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,11% São Paulo	120.410	R\$ 4,906 (+ 0,74%)	R\$ 1.320	R\$ 5,347	12,15%	12,00%	Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24
0,01% Nova York	13/11 14/11 16/11 17/11	Últimos					
		10/novembro 4,914 13/novembro 4,908 14/novembro 4,862 16/novembro 4,870					

ORÇAMENTO DE 2024

Haddad admite bloqueio de R\$ 23 bi

Estimativa do ministro da Fazenda é menor que a de analistas do mercado, de R\$ 52,7 bilhões. Contingenciamento de gastos será necessário se o governo não conseguir receita para zerar déficit

» EDLA LULA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



De acordo com o chefe da equipe econômica, deve prevalecer a regra que prevê aumento real de, no mínimo, 0,6% nas despesas do governo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, calcula que, caso seja necessário fazer contingenciamento (bloqueio no orçamento) em 2024, o valor será limitado a, no máximo, R\$ 23 bilhões. Falando a jornalistas, ontem, o ministro usou para o cálculo as regras do arcabouço fiscal que tratam do aumento de despesas da União.

Haddad não chegou a dizer que será necessário bloquear o orçamento do ano que vem, como tem sido colocado pelas projeções de mercado. Isso ocorrerá se o governo não conseguir ampliar a arrecadação ao ponto de alcançar a meta de déficit zero nas contas públicas no ano que vem. Por enquanto, Haddad trabalha pela aprovação das medidas em tramitação no Congresso Nacional que proporcionarão mais receitas para o governo.

“O marco fiscal que foi aprovado estabelece que a alta do dispêndio público do ano seguinte não pode ser inferior a 0,6% em termos reais (acima da inflação) nem superior a 2,5% em termos reais, ao realizado no ano anterior. Esse é uma espécie de canal por onde o dispêndio público vai andar”, afirmou o ministro.

Como o Projeto de Lei Orçamentária prevê, para 2024, crescimento de 1,7% nas despesas em relação a este ano, segundo Haddad, dependendo do aumento ou diminuição das receitas, esse percentual “ou vai migrar para 0,6% se a receita não corresponder, ou para 2,5%, se corresponder”.

Pelas contas de Haddad, o bloqueio de gastos poderá chegar a R\$ 23 bilhões, se não houver aumento de receitas, ou a expansão das despesas pode ser de R\$ 15 bilhões, atingindo o limite de 2,5%, caso a previsão de arrecadação aumente. A previsão do ministro é bastante inferior à dos analistas de mercado, que apontam para um bloqueio de R\$ 52,7 bilhões.

A projeção do mercado toma como base outro artigo da lei do



É um equívoco muito grande opor economia e ecologia. A gente precisa subordinar a economia a propósitos maiores, que envolvem a nossa permanência aqui”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

arcabouço, que determina o contingenciamento de até 25% das despesas discricionárias, como investimentos, caso a meta seja ameaçada. O ministro disse que esse artigo não subordina a regra que prevê o mínimo e o máximo de dispêndio. “São duas regras que precisam ser combinadas. A regra dos 25% não pode afastar o poder público desse canal que foi criado, entre 0,6% e 2,5% (de crescimento dos gastos)”, disse.

Economia e ecologia

Os comentários de Haddad foram feitos na saída do evento Diálogo sobre Transformação Ecológica com Movimentos Sociais e ONGs, promovido pelo

Observatório do Clima. Na palestra para representantes dos movimentos sociais, Haddad afirmou que não há mais como dissociar a ecologia da economia.

Ao lado da ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, o ministro afirmou que o mundo sofre, hoje, com a crise climática, as consequências de não ter subordinado a economia a princípios maiores de preservação da vida no planeta.

“É um equívoco muito grande opor economia e ecologia”, afirmou. “A gente deve entender que precisa subordinar o que se chama de economia a propósitos maiores, que envolvem a nossa permanência aqui. Isso não está sendo objeto de atenção dos

governos, que continuam disputando espaços na economia internacional. O afã de produzir a qualquer custo está levando o mundo a esses conflitos todos que estão gerando os desequilíbrios ecológicos que estamos verificando”, disse.

Haddad salientou que o mundo está “no meio de uma crise muito grave”, que impacta a economia, com falta de alimentos, aumento da inflação, por exemplo. “Não fomos educados a cooperar em proveito do bem comum. Fomos educados para disputar o que sobra, já que não vai sobrar para todo mundo. Já vêm as guerras comerciais, os conflitos militares, a intolerância”, acrescentou.

CONJUNTURA

IBC-Br indica que PIB perde fôlego

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, registrou queda de 0,06% em setembro na comparação com agosto. O indicador veio abaixo da expectativa do mercado financeiro, que esperava crescimento de 0,20%.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o índice mostrou alta de 0,32%. No trimestre encerrado em setembro, o indicador teve queda de 0,64% ante o trimestre anterior. Com o resultado, o IBC-Br acumula alta de 2,77% no ano e de 2,50% em 12 meses.

Analistas apontam que o cenário acende o alerta para uma perda de fôlego da economia no terceiro trimestre. “O IBC-Br veio abaixo do esperado. Os dados acompanham a queda nos números dos serviços; o varejo também está indo mal, principalmente com alto número de famílias ainda endividadas”, destacou o economista Piter Carvalho, chefe da Valor Investimentos. “Ainda não vimos efeito na economia do programa Desenrola, de renegociação de dívidas.”

Já o economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegeudus Netto, ponderou que, apesar de apontar para perspectivas mais fracas, a atividade econômica ainda sentirá neste fim de ano o efeito de uma série de medidas que deve impulsionar a demanda agregada, pelo lado do consumo das famílias, embora pouco alterando os investimentos.

“Observamos a economia na fase mais aguda de desaceleração, devendo começar a reagir nos próximos trimestres, dado o relaxamento monetário, o Desenrola, o 13º salário, a inflação mais baixa. Isso tudo deve estimular o consumo de bens não duráveis”, disse Netto.

A projeção atual do Banco Central para a economia brasileira em 2023 é de crescimento de 2,9%, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro, enquanto a equipe do Ministério da Fazenda projeta expansão de 3,2%. (RG)

ONDA DE CALOR

Uso de termelétricas pressiona conta de luz

» RAFAELA GONÇALVES

A onda de calor, que tem feito o consumo de energia bater recordes, deve encarecer a conta de luz não só pelo aumento de demanda, mas também pelo acionamento de usinas termelétricas, que geram eletricidade a um custo mais alto. Estimativas da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco) apontam que a fatura do mês de novembro será ao menos 5% mais cara do que a paga no mesmo período do ano passado.

Embora os reservatórios estejam em níveis considerados confortáveis, já que em breve

deve se iniciar o período chuvoso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tomou uma série de medidas emergenciais para suprir a alta demanda, entre elas o acionamento de termelétricas a carvão, a gás e a diesel, além de importação de energia de países vizinhos, como Uruguai e Argentina.

As térmicas foram acionadas para complementar a energia gerada pelo sistema primário — das hidrelétricas —, tendo em vista o aumento de 63% na demanda por energia desde a chegada da onda de calor. Mais caras e mais poluentes, as termelétricas conseguem dar uma resposta mais rápida à alta demanda, além de ajudar a poupar



Usinas térmicas foram acionadas para dar resposta rápida à demanda

a água dos reservatórios.

Segundo o engenheiro elétrico do Instituto Ilumina, Roberto D’Araújo, o acionamento foi feito para dar uma resposta mais

rápida regionalmente para os picos de consumo. “A energia elétrica já está cara há muito tempo, mas essas termelétricas estão sendo ligadas em situações

muito diferentes das que passamos no período de escassez hídrica. Elas foram ligadas por estarem mais perto das fontes de consumo, que estão variando drasticamente nas cidades. Evidentemente haverá um impacto na tarifa, também pela alta do consumo”, afirmou.

Margem de operação

O professor de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo destacou que o sistema elétrico brasileiro está sempre muito ligado à temperatura, mas que a situação não se compara à crise hídrica do início dos anos 2000. “Felizmente, o nosso sistema, que é eminentemente hidráulico, está com seus reservatórios cheios, de forma que o ONS tem margem de operação”, disse.

“As térmicas usam combustíveis fósseis, que são caros e

aumentam a conta. Se tivéssemos uma situação delicada como a de 2001, com certeza teríamos um aumento significativo da conta. Hoje, com os reservatórios cheios, é muito provável que esse consumo excessivo não tenha nenhum efeito na conta da gente”, emendou.

O ONS também divulgou, ontem, a estimativa de que o país deve alcançar uma carga de energia de 81,44 gigawatts (GW) em novembro. Esse seria o recorde histórico de demanda, impulsionado pelas altas temperaturas, que aumentam o uso de equipamentos de refrigeração. A carga de energia já bateu recordes nesta semana, alcançando pico de 101,47GW na última terça-feira. A projeção para o mês representa um crescimento de 13,3% em relação a novembro do ano passado, acima dos 11,0% previstos na semana anterior.